



VII SINGEP

Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability

ISSN: 2317-8302

**CAPITAL SOCIAL E DESEMPENHO INSTITUCIONAL: O
RELACIONAMENTO ENTRE OS AGENTES DA LEI FEDERAL DE
INCENTIVO AO ESPORTE**

ROBSON COELHO GUERREIRO

UNINOVE – Universidade Nove de Julho

MANUEL PORTUGAL

Instituto Politécnico de Leiria - Leiria - Portugal



CAPITAL SOCIAL E DESEMPENHO INSTITUCIONAL: O RELACIONAMENTO ENTRE OS AGENTES DA LEI FEDERAL DE INCENTIVO AO ESPORTE

Resumo

O objetivo é Identificar quais são os elementos do capital social que influenciam no desempenho institucional da Lei, devido ao baixo nível de captação de recursos para os projetos esportivos da Lei. Foi adotado o método qualitativo, sendo a primeira fase da pesquisa foi exploratória, já que se buscou entender os mecanismos sociais de funcionamento da captação de recursos a partir da Lei. Na segunda a pesquisa foi descritiva, já que se buscou compreender como elementos de capital social influenciam no desempenho institucional. Resultados apresentaram na primeira fase uma nova configuração dos mecanismos de captação e relacionamentos dentro da Lei, na segunda fase as relações foram exploradas e dos sete itens selecionados houve uma variação da importância em relação à Lei. Na conclusão foi encontrada uma grande relação em alguns itens, o governo foi citado de forma negativa e sendo o centro das insatisfações por ser quem utiliza a Lei.

Palavras-chave: Lei de Incentivo ao Esporte, Capital Social, Desempenho Institucional.

Abstract

The objective is to identify the elements of social capital that influence the institutional performance of the Law, due to the low level of funding for sports projects under the Law. The qualitative method was adopted, and the first phase of the research was exploratory, which sought to understand the social mechanisms of operation of fundraising from the Law. In the second the research was descriptive, since it was sought to understand how elements of social capital influence institutional performance. Results presented in the first phase a new configuration of the mechanisms of capture and relationships within the Law, in the second phase the relationships were explored and of the seven items selected there was a variation of importance in relation to the Law. In the conclusion was found a great relation in some items, the government was quoted negatively and being the center of the dissatisfaction for being who uses the Law.

Key words: Sports Incentive Law, Social Capital, Institutional Performance



1.Introdução

No ano de 2014, foram liberados pelo governo R\$ 576.239 mil, dos quais apenas R\$ 254.754 mil foram captados pelos projetos submetidos ao governo (Ministério do Esporte, 2015), de forma que cerca de 56% das verbas aprovadas pelo governo não são destinadas para uso em projetos esportivos. Isto é, há um potencial de investimento que não está sendo absorvido e utilizado para projetos do esporte, havendo uma perda relacionada à oportunidade perdida de incentivo aos projetos esportivo-sociais. Essa situação perdura ao longo dos anos, desde a implantação da Lei, conforme a figura a seguir demonstra.

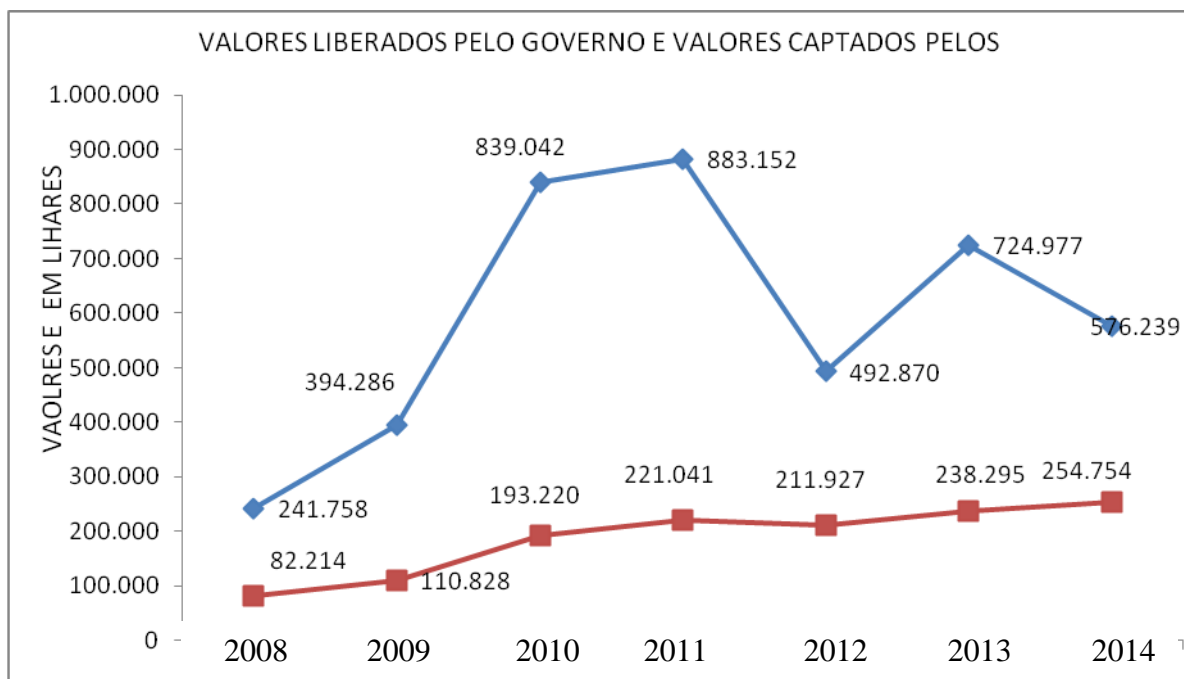


Figura 1 Valores liberados pelo governo e valores captados pelos proponentes

Fonte: Adaptado do Ministério do Esporte, 2015

No intuito de entender como funcionam essas relações dentro da Lei, vemos que o capital social nas relações podem tentar nos auxiliar no entendimento das variáveis que são significantes para as relações, alguns valores como colaboração, confiança, comprometimento, frequência de relacionamento, identidade comum, cultura comum e interesse são abordado no trabalho. Dessa forma quais os elementos do Capital Social influenciam o desempenho institucional da Lei Federal de Incentivo ao Esporte?

O Objetivo da pesquisa é identificar quais são os elementos do capital social influenciam no desempenho institucional da Lei Federal de Incentivo ao Esporte.

O interesse pelo estudo foi despertado pela diferença entre o recurso liberado pelo governo federal, através do Ministério do Esporte e o recurso captado pelas entidades esportivas. No ano de 2014 o Manual de Gestão da Lei de Incentivo ao Esporte, nos informa que foram liberados pelo governo R\$ 576.239 mil e captado por todos os projetos R\$ 254.754 mil o que representa apenas 44,2% das possibilidades de incentivo direcionado ao esporte que foram utilizadas nos projetos esportivos autorizados pela comissão técnica da Lei de Incentivo ao Esporte.

**Tabela 1 Percentual de Captação ao Longo do Tempo.**

Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Média
R\$ (em milhões)	241,8	394,3	839,0	883,2	492,9	725,0	576,2	593,2
Captação (%)	34,01	28,11	23,03	25,03	43,00	32,87	44,21	32,89

Fonte: Elaborado pelo autor.

1.1. Estrutura do Trabalho

O trabalho apresenta a contextualização do tema que envolve a problemática da pesquisa, o próximo capítulo aborda a revisão de literatura sobre o tema. Subsequentemente, é apresentada a metodologia da pesquisa, análise de resultados e conclusão.

2. Referencial Teórico

Nesse capítulo, abordou-se como é a sistemática das relações entre os agentes envolvidos num projeto esportivo. As relações encontradas na teoria remetem a uma articulação entre parcerias público-privadas entre governo, proponentes e apoiadores. Essas relações formam uma tríade de responsáveis pela sistemática de captação de recursos para projetos esportivos no Brasil.

Os Proponentes são pessoas jurídicas envolvidas com a Lei e não deve possuir interesses econômicos, caracterizando uma empresa sem fins lucrativos, portanto podemos excluir clube-empresa, academias, empresas de marketing e/ou eventos esportivos, e ter como essência atividades de natureza esportiva (Resende, 2012), e possuir obrigatoriamente no mínimo 1 (um) ano de funcionamento pelo Dec.6180/07, art. 9, VI.

O Governo é quem criou Lei de Incentivo ao Esporte, Lei 11.4388/06 e do Decreto de Lei 6.180/07 que validam todo o processo em benefício do esporte, o Governo Federal criou um mecanismo previsto em Lei que é uma Comissão Técnica dentro do Ministério do Esporte especialmente para analisar e aprovar projetos desportivos enviados pelos proponentes.

Já os Apoiadores são pessoas jurídicas ou pessoas físicas, esses apoiadores, reverterem parte do tributo do seu imposto de renda em até 1% no caso das pessoas jurídicas e em até 6% no caso de pessoas físicas.

2.1 Capital Social

A ideia e conceito de capital social surge da sociedade civil e as cultura política visando um processo de construção e formação democrática para tentar explicar o distanciamento dos cidadãos ao mundo político, a crescente desconfiança aos sistemas e as instituições que direcionam o governo em diversas situações. O Capital Social tem um papel claro e definido para a sociedade que é resolver os problemas de ação coletiva e explica-los, esse conceito nas ciência sociais é desenvolvido por Putnam que introduz o termo para explicar que nem todos os vínculos sociais trazem benefícios (Monasterio, 2006).

O estudo dos elementos do Capital Social tem efeito sobre descobertas importantes das condições sociais de um grupo, para a resolução de dilemas coletivos ou em situações no qual pode gerar diferenciações ou indefinições do coletivo e encontrar as devidas soluções (Putnam, 1996).

Esse conceito de Capital Social é relativamente novo nas Ciências Sociais e Ciências Políticas, o que ainda gera muito confrontos, debates e controvérsias sobre a sua utilização e aplicação em trabalhos e pesquisas sobre o tema (Barquero, 2004). Porém mesmo com todas as variáveis a utilização do conceito é utilizada por uma cultura que envolva mais participação e atos democráticos (Monasterio, 2006).



Os valores de Capital Social tem o conceito sociocultural além da dimensão econômica, podemos ver que existe o compromisso cívico que pode medir consequências sociais (Flores e Rello, 2003), as relações e seus valores podem se modificar de acordo com a realidade e necessidade da ocasião.

Cremonese (2006) diz que os valores do capital social podem ser criados, modificados e extintos de acordo com o cotidiano e deve ser utilizado como recurso pela coletividade, e que seja algo que promova a sinergia entre a sociedade e todos os envolvidos. Cada grupo deve encontrar os seus valores e a melhor forma de utilizar os recursos que o Capital Social oferece de acordo com a situação desejada.

Nazzari (2006) aponta que níveis de confiança reduzem no mundo todo e que alguns valores de Capital Social podem gerar melhora das relações, revitalizando as ligações na sociedade civil e coesão social, trazendo benefícios para os relacionamentos do cotidiano de uma forma geral.

Baquero e Hammes (2006) acredita que os valores de Capital Social são ativos e que sua compreensão em diversos meios pode ser utilizada, eles tem propriedades comuns, que pode ser percebido por ele e pelos outros e são ligados por elos permanentes, que podem gerar lucros tangíveis e/ou intangíveis.

2.2 Desempenho Social

O desempenho institucional é um conceito ligado ao desempenho do governo em realizar suas políticas de forma que esse conceito está diretamente ligado ao desempenho do governo (Coffé & Geys, 2005). Assim, desempenho institucional é um conceito ligado à capacidade do governo em realizar suas atividades de forma efetiva. Adicionalmente, as capacidades gerenciais do governo tem um efeito fortalecedor ainda da relação entre capital social e desempenho institucional (Andrews & Brewer, 2013).

Dessa maneira, comunidades com maior grau de capital social são aquelas que entendem que seus governos são mais efetivos e responsivos às suas demandas e necessidades (Rice, 2001). Concomitantemente, o capital social está associado com alto desempenho dos serviços públicos (Andrews & Brewer, 2013). É fato ainda que a presença de capital social influencia na capacidade governamental em liderar desenvolvimento econômico da região onde existe esse capital social (Casey, 2004). Todavia, não se limita aqui aos ganhos econômicos que o governo é capaz de trazer quando há capital social na sua comunidade de atuação, mas, principalmente, ao quanto esse governo consegue atender suas demandas sociais e cumprir com o que está estabelecido em suas políticas.

Ainda dentro dessas definições, tem-se que as qualidades do cumprimento dos objetivos governamentais e da governança existente nas relações sociais representam uma forma de se capturar o desempenho institucional de determinado governo (Letki, 2006). Ou seja, se a Lei Federal de Incentivo ao Esporte cumprir com o seu objetivo de captar dinheiro para iniciativas sociais voltadas ao esporte e se houver um mecanismo de governança entre os diferentes agentes de forma eficiente, considera-se que existe um bom desempenho institucional dessa política pública.

Considerando essa conceituação, tem-se que sociedades com alto grau de capital social são aquelas que conseguem obter maior desempenho institucional por meio de melhor desempenho do seu governo (Putnam, 1993). Esses resultados foram corroborados por Coffé e Geys (2005) que entendem que a existência de capital social numa sociedade leva a um melhor desempenho do governo, ou a um desempenho institucional melhor. Por isso, entende-se aqui que aqueles governos que conseguem explorar e difundir melhor elementos de capital social nos seus relacionamentos com a sociedade são aqueles que costumam ter maior sucesso em termos de desempenho das ações e políticas governamentais.



Diante do exposto, pressupõe-se que provavelmente, aqueles governos que conseguem ser bem sucedidos em estimular e desenvolver relacionamentos e capital social dentre os agentes envolvidos na captação de recursos da Lei Federal de Incentivo ao Esporte conseguem ter maior sucesso na condução dessa política. Dessa forma, parte da ideia de que o capital social existente nas relações entre os agentes é algo relevante para que se tenha a operacionalização da política prevista pela Lei Federal de Incentivo ao Esporte de forma bem sucedida. Cabe aqui entender, portanto, se essa relação é válida para os diferentes elementos constituintes do capital social.

3. Métodos e Técnicas de Pesquisa

3.1 Tipo e Natureza de Pesquisa

Esse será um estudo de natureza exploratória e descritiva em relação à presença de elementos de capital social nos relacionamentos existentes entre os agentes envolvidos com a captação de verba de acordo com os preceitos da Lei de Incentivo ao Esporte Federal. Considerando que o objetivo da pesquisa é identificar os elementos do capital social influenciam no desempenho institucional da Lei Federal de Incentivo ao Esporte, a pesquisa será dividida em duas partes, ambas qualitativas, para que ela possa ser elaborada de maneira profunda.

Essa separação em duas fases distintas da pesquisa se justifica para que num primeiro momento se possam transpor as ideias de relacionamentos dos agentes envolvidos com a Lei Federal de Incentivo ao Esporte. Ou seja, é importante se verificar as relações propostas pela Lei e identificar se, na prática, existem elementos, agentes ou relacionamentos adicionais ao que se aponta explicitamente na Lei. Isto é, pretendeu-se num primeiro momento entender os mecanismos relacionais envolvidos na captação de recursos a fim de não considerar os elementos da literatura por si só, mas conferir como o fenômeno da captação de fato acontece na realidade.

Adicionalmente, considera-se que as teorias tradicionais de organizações, no caso de relacionamentos e capital social precisam ser ajustadas e adaptadas quando se pesquisa em Gestão do Esporte, tal como defende Doherty (2013). Ou seja, nessa segunda fase se pretendeu entender o funcionamento dos mecanismos sociais de relacionamento entre os agentes envolvidos com a Lei Federal de Incentivo ao Esporte a fim de entender como os elementos da teoria tradicional de relacionamento social se comportavam na realidade do esporte.

Portanto, a primeira fase da pesquisa foi exploratória, já que se buscou entender os mecanismos sociais de funcionamento da captação de recursos a partir da Lei Federal de Incentivo ao Esporte. Na segunda fase, a pesquisa foi descritiva, já que se buscou compreender como os elementos de capital social influenciam no desempenho institucional da Lei Federal de Incentivo ao Esporte.

3.1.1 Fase 1 : Observação Participante

Na primeira fase da pesquisa, optou-se por se apoiar na observação participante do autor em um projeto de captação de recursos dentro da Lei Federal de Incentivo ao Esporte. Essa escolha se deu porque se trata de uma estratégia de pesquisa que permite aos participantes, dentro de seus pontos de vista, a coletar informações que lhe trazem uma maior compreensão dos fenômenos estudados (DeWalt & DeWalt, 2010).

Essa escolha se pautou pelo fato de que reflexões pudessem ser realizadas e uma análise críticas sobre os mecanismos sociais de relacionamento pudessem ser mapeados a partir da verificação *in loco* e participante de um processo completo de captação. Isso foi possível porque a rotina diária, os rituais, as interações e os eventos em grupo puderam ser vivenciados pelo pesquisador, possibilitando que elementos explícitos e tácitos pudessem ser



capturados por ele (DeWalt & DeWalt, 2010). Essa estratégia de pesquisa e coleta de dados por observação direta é interessante para o universo do esporte porque ela permite que o pesquisador entenda a estrutura de funcionamento e execução das atividades entre os envolvidos com a realidade esportiva (Lima, Mazzei & Costa, 2012).

Para que estas informações pudessem ser formalizadas, o pesquisador elaborou diários de campo em todos os dias em que esteve diretamente participando desse processo de captação de recursos. Essas atividades resultaram em 22 páginas de descrições sobre a realidade vivenciada pelo pesquisador, durante o período de abril de 2015 a dezembro de 2015.

O pesquisador participou do processo de captação desde a sua concepção por parte dos idealizadores do projeto, até a busca de uma empresa patrocinadora do projeto, passando pelas atividades com captadores e também participando de outros processos paralelos com outros agentes relevantes envolvidos no processo. Interessante ressaltar que nesse processo, o pesquisador atuou com foco em observar e escutar atentamente os especialistas envolvidos com o projeto, invertendo o *status* entre cientista e observado tradicional, no qual o pesquisador conduz a relação e faz perguntas, coletando informações sobre aquilo que ele estimula ou indaga (Cerva & Jaime Júnior, 1995). A partir dessa postura, foi possível capturar informações sobre o funcionamento natural do fenômeno sem interferências sobre o seu funcionamento.

A partir dos relatos vivenciados de transações e relacionamentos, pôde-se identificar a participação de agentes que não antes estavam diretamente descritos. Assim, foi possível elaborar um desenho de relacionamento dos agentes envolvidos com a captação de recursos de acordo com a realidade observada.

3.1.2 Fase 2: Entrevistas com os agentes

De posse das informações coletadas na Fase 1 dessa pesquisa, a etapa seguinte consistiu em entrevistas os agentes identificados como participantes do processo de captação de recursos dentro da perspectiva da Lei Federal de incentivo ao Esporte. Essa escolha se deu porque conforme afirma Flick (2009), o objetivo de uma entrevista é poder retirar conteúdos para uma análise que seja significativa, que possua fatos e situações comparáveis de forma subjetiva com outras entrevistas. No universo do esporte, as entrevistas podem representar uma maneira de capturar informações referentes às ações realizadas no que tange à gestão esportiva, tal como para se identificar estruturas de modelos de gestão (Mota & Nassif, 2015). As entrevistas então poderiam ser um método de coleta interessante para se capturar informações referentes à gestão de relacionamentos entre os agentes envolvidos no processo de captação de recursos estudado.

Para essa etapa escolheu-se realizar entrevistas semiestruturadas com dois indivíduos representantes de cada um dos cinco agentes identificados no processo de captação de recursos. Ou seja, houve 10 entrevistados na segunda fase da pesquisa. O quadro a seguir representa quem foram os entrevistados nessa fase da pesquisa descrevendo a síntese do perfil profissional de cada um deles.

**Tabela 1. Perfil profissional dos entrevistados**

Agente	Perfil do 1º entrevistado	Perfil do 2º entrevistado
Apoiadores	Diretor de marketing de empresa multinacional	Gerente de marketing de marca esportiva
Governo	Secretário de esportes	Analista de projetos esportivos
Proponentes	Técnico de voleibol proponente	Supervisor de equipe de voleibol proponente
Captadores	Captador de recursos para Leis de esporte e cultura	Captador de recursos para Leis de esporte e cultura (trabalho com pessoa jurídica)
Especialistas	Elaborador de projetos escritos relacionados às Leis de incentivo estaduais e federais	Elaborador de projetos esportivos e culturais gerais

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em média, cada entrevista durou cerca de 40 minutos e foi realizada presencialmente com os entrevistados. As entrevistas foram gravadas sob a permissão dos entrevistados e posteriormente transcritas num documento formal. A partir desse documento com as transcrições a análise de dados foi conduzida.

Para a análise de dados, foi realizada uma análise de conteúdo. Essa análise de dados é interessante porque ela ajuda a analisar uma realidade por meio de categorias que possam representar socialmente essa realidade (Bardin, 2004). A categorização, nessa pesquisa foi feita por grade fechada (Vergara, 2012), ou seja, as categorias de análise serão os sete elementos de capital social (confiança; comprometimento; cultura comum; identidade comum; frequência de relacionamento; interesses comuns; colaboração) pré-definidos pela revisão de literatura. A transcrição das falas dos entrevistados foi analisada a partir dessas categorias *a priori*, de forma que cada uma das relações identificadas na Fase 1 pudesse ser analisada de acordo com as categorias propostas. No ambiente do esporte, a análise de conteúdo também é utilizada para se compreender o que está sendo falado em entrevistas sobre determinado assunto (Santos Neto, Santos & DaCosta, 2015) e, por isso, esse processo de categorização serve para a realidade do esporte também.

4. Análise de Resultados

A análise do estudo foi feita em duas partes a primeira através da observação participativa para construir todas as possibilidades das relações de Capital Social que podem influenciar no desempenho institucional e na segunda parte com análise de conteúdo de grade fechada com os atores envolvidos e as relações de Capital Social entre eles.

4.1 Observação Participativa

A observação participativa no projeto esportivo da Lei de incentivo federal ao esporte, a configuração das relações foram alteradas com base nas informações coletadas junto aos participantes do projeto, principalmente na parte administrativa, em relação ao primeiro momento da teoria da Lei onde as relações se limitavam a uma tríade formada por governo, proponente e apoiador.

As relações foram coletadas com o coordenador do projeto esportivo, que apresentou dois novos agentes que integram as relações da Lei de incentivo federal do esporte, o Captador de Recursos e do Especialista em Projetos Esportivos.



O Especialista é um coletor de ideias do proponente e transforma esse conteúdo em algo real, pois ele junta todas as informações pertinentes e as cataloga e qualifica dentro dos parâmetros da Lei de incentivo ao Esporte, fazendo a ligação entre o proponente e o governo no primeiro momento, vale lembrar que alguns proponentes utilizam algum funcionário da instituição para se especializar na Lei e fazer essa função que na maioria das vezes é contratada.

Já o Captador de Recursos faz a ligação com o proponente e possíveis apoiadores, aqui foi relatado que é uma profissão remunerada com um percentual pré-definido, ao contrário do Especialista, o Captador começa seu relacionamento com o proponente depois que o projeto já foi escrito e aprovado junto ao ministério de esporte.

Essa nova configuração das relações surge da necessidade de ações específicas encontradas no projeto de Lei de incentivo ao esporte, e esse dois profissionais encontram espaço de acordo com a necessidade, principalmente do Proponente que em grande parte não possui profissionais que possam satisfazer as necessidades do projeto esportivo nos moldes da Lei de incentivo federal ao esporte.

4.2 Análise das Entrevistas

Após a utilização de entrevista semi estruturada de grade fechada, foram levantadas sete relações de Capital Social (Confiança, Colaboração, Comprometimento, Frequência de Relacionamento, Interesse, Cultura Comum e Identidade Comum) que pareciam ter significância no desempenho institucional da Lei de incentivo federal ao esporte.

Nas entrevistas foram abordadas todas as relações possíveis dentro do mecanismo da Lei (governo-proponente, proponente-apoiador e apoiador-governo), mais as relações analisadas após a observação participativa (governo-especialista, especialista-proponente, apoiador-captador, captador-proponente).

Podemos dizer que na análise feita todos os sete itens da entrevista mostraram-se em algum momento importante para algum agente do processo, porém o comprometimento, a colaboração, a confiança e a cultura comum se destacaram como sendo as relações mais positivas para a Lei.

Esses itens do capital social foram citados sempre com grande importância nas relações para que a Lei seja cumprida e que o governo tenha subsídios para sustentar a Lei e melhorar seus desempenhos institucionais.

Entretanto nos itens de frequência do relacionamento, a identidade comum e o interesse sofreram uma grande variação de opiniões divergentes, que não mostraram ter uma grande relevância para a Lei de incentivo ao esporte.

Algumas relações dependem diretamente dos itens citados para um bom funcionamento da Lei, mas de maneira geral isso não ocorre.

As relações mais densas foram a colaboração e o comprometimento quase um consenso que essas relações dão o direcionamento na Lei, mesmo que cada ator seja responsável por uma parte do processo, mas que no final a Lei seja cumprida da melhor maneira possível.

5. Conclusão

Retomando o objetivo da pesquisa que é identificar quais elementos do capital social influenciam no desempenho institucional da Lei Federal de Incentivo ao Esporte e reforçando a teoria que o capital social pode resolver problemas de ações coletivas, os sete itens analisados indicam que todos têm relações positivas entre os agentes, porém nem todos estão alinhados neste momento com a Lei de incentivo ao esporte.

O comprometimento, confiança, a cultura comum e a colaboração se mostraram como os itens do capital social fundamentais para a Lei de incentivo através dos seus projetos



esportivos, esse itens funcionam positivamente e com harmonia em diversas relações do projeto esportivo, desta forma a Lei se mostra dependente destes itens para o bom funcionamento dos projetos esportivos e do desempenho institucional que leva a Lei ser cumprida na sua plenitude e promovendo o esporte em todos os seus seguimentos, seja educativo, participativo ou de rendimento.

As relações de frequência de relacionamento, interesse e identidade são itens que importantes para Lei, mas que ainda se mostraram aquém de estarem exercendo positivamente suas funções de apoio para o desempenho institucional e poderiam contribuir muito mais para os projetos e para Lei.

Acreditamos que a Lei ainda possui muito pontos a serem evoluídos e apesar de ser uma Lei relativamente nova (2007), já poderia ter algumas alterações no seu percurso para seu crescimento e evolução de conceitos.

Ficou evidente que quando as relações de capital social são positivas e densas os benefícios são refletidos diretamente no projeto esportivo que é o grande objetivo da Lei, o governo sendo o regulador da Lei de incentivo ao esporte recebe as maiores criticas dos outros atores, esses atores se sentem limitados em suas possibilidades da utilização da Lei por entenderem que há varias mudanças necessárias e que não podem ser modificadas a não ser pelo governo.

A relação que ficou evidenciada como menos saudável é a relação entre governo e apoiadores, o governo regulamentou uma Lei em apoio ao esporte com isenção fiscal aos apoiadores, mas não ofereceu mecanismos de aproximação e de entendimento da Lei aos apoiadores, isso gera uma distancia com o agente de grande importância para os projetos que é o apoiador, pois ele reverte seus impostos em recursos financeiros para os projetos.

O governo poderia ainda diminuir as restrições que a Lei impõe junto aos apoiadores, permitir que empresas de lucro presumido também possam apoiar os projetos da Lei, hoje somente empresas de lucro real tem essa possibilidade.

Aumentar o percentual de contribuição para pessoas jurídicas que hoje é de 1% do imposto de renda devido ao governo parece ser uma boa alternativa, assim o governo poderia trazer maiores recursos ao esporte, possibilitando que projetos aprovados e não iniciados tenham a maior chance de encontrar um parceiro para seus projetos esportivos.

Outra proposta de fácil aplicação para aumentar a possibilidade de captação seria criar um sistema de indicação dos projetos esportivos aprovados diretamente aos possíveis apoiadores, em vários casos o proponente nem tem o conhecimento de quais empresas estão aptas a aportarem seus recursos na Lei de incentivo, assim abriria a possibilidade de empresas buscarem os proponentes e projetos que iriam de encontro com suas empresas, aumentando as possibilidades de investimento no esporte.

O governo ainda poderia sugerir um cadastro nacional de empresas interessadas em projetos esportivos e fornecer aos proponentes, esse cruzamento de informações aceleraria e aumentaria as relações entre agentes e consequentemente a possibilidade de entendimento entre as partes para apoio em projetos esportivos da Lei.

Fica nítido que os itens de capital social quando bem utilizados beneficiam e facilitam as relações nos processos coletivos da Lei de incentivo ao esporte, sendo feitas algumas correções nas relações entre os agentes, podemos ter um aumento do desempenho institucional e que a Lei federal de incentivo ao esporte consiga promover cada vez mais o esporte.

5.1 Sugestão para estudos futuros.

Para futuros estudos é recomendável que a partir desta pesquisa, seja feito um estudo quantitativo e que seja aplicado para uma população maior, analisando se as informações aqui obtidas se confirmam.

**REFERÊNCIAS**

- Andrews, R. & Brewer, G. A. (2013). Social capital, management capacity and public service performance. *Public Management Review*, 15(1), 19-42.
- Baquero, M. (2004). Um caminho alternativo não empoderamento dos jovens: capital social e cultura política no Brasil. *Democracia, juventude e capital social no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 120-146.
- Baquero, R., & Hammes, L. J. (2006). Educação de Jovens e Construção de Capital Social: Que Saberes são Necessários?. *CAPITAL SOCIAL: TEORIA E PRÁTICA*, 141.
- Bardin, L. (2004). *Análise de conteúdo*. (3ª ed.). Lisboa: Edições 70.
- Casey, T. (2004). Social capital and regional economies in Britain. *Political Studies*, 52(1), 96-117.
- Cerva, M. & Jaime Júnior, P. (1995). Observação participante e pesquisa em Administração. Uma postura antropológica. *Revista de Administração de Empresas*, 35(1), 64-79.
- Coffé, H. & Geys, B. (2005). Institutional performance and social capital: an application to the local government level. *Journal of Urban Affairs*, 27(5), 485-501.
- Cremonese, D. (2006). Insolidarismo e cordialidade: uma análise das mazelas políticas do Brasil. *Capital social: teoria e prática*. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 48-70.
- DeWalt, K. M., & DeWalt, B. R. (2010). *Participant observation. A guide for fieldworkers*. (2ª ed.). Lanham: Altamira Press.
- Doherty, A. (2013). Investing in sport management: the value of good theory. *Sport Management Review*, v. 16, n. 1, p. 5-11.
- Flick, U. (2009). *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Sábio.
- Flores de la Vega, M., & Rello, F. (2003). Capital social: virtudes y limitaciones. *En: Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma-LC/G. 2194-P-2003-p. 203-227*.
- Letki, N. (2006). Investigating the roots of civic morality: trust, social capital, and institutional performance. *Political Behavior*, 28(4), 305-325.
- Lima, A. C. P. S., Mazzei, L. C. & Costa, A. L. (2012). Uma análise da gestão de pessoas nas organizações que atuam no esporte brasileiro: estudo de caso sobre um clube paulista de voleibol. *PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review*, 1(2), 168-193.
- Ministério do Esporte (2015). *Relatório de Gestão 2014. Lei de incentivo ao Esporte*. Brasília: Ministério do Esporte.
- Monasterio, LM (2006). A retórica do capital social: uma análise da obra de Robert Putnam. *Capital social: teoria e prática*. Ijuí: Unijuí, 11-27.
- Mota, A. L. C. & Nassif, V. M. J. (2015). Modelos de gestão do esporte educacional e governança no terceiro setor: o real, o possível e o ideal. *PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review*, 4(2), 29-42.
- Nazzari, R. K. (2006). Capital social, cultura e socialização política: a juventude brasileira. *Capital Social: teoria e prática*.
- Putnam, R. (1993). *Making democracy work: civic traditions in Italy*. Princeton: Princeton University Press.
- Putnam, R. (1996). *Comunidade e democracia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Rezende, J. R. (2012) *Manual completo da Lei de incentivo ao esporte*. (4ª ed.). São Paulo: All Print.
- Rice, T. W. (2001). Social capital and government performance in Iowa communities. *Journal of Urban Affairs*, 23(3/4), 375-389.
- Santos Neto, S. C., Santos, L. J. M. & DaCosta, L. P. (2015). Sistema de gestão aplicado ao ambiente do atleta. *PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review*, 4(2), 1-16.
- Vergara, S. C. (2012). *Métodos de pesquisa em administração*. 5ª Ed. São Paulo: Atlas.